

FOLHA DE S.PAULO



Produtores de energia querem índios como 'sócios' de hidrelétricas no país

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Empresas produtoras de energia vão entregar ao governo Jair Bolsonaro (PSL) projeto de lei para liberar a construção de hidrelétricas em áreas indígenas mediante compensação financeira para as comunidades locais.

A medida é parte de um esforço do setor para tentar destravar o uso do potencial hídrico do país.

Elaborado por um grupo de empresas e entidades do setor, o texto do projeto de lei prevê o uso de parte da receita das usinas para constituir um fundo financeiro gerido pelo empreendedor, por lideranças da comunidade indígena local e pela Funai (Fundação Nacional do Índio).

Representantes da equipe de Bolsonaro já se manifestaram a favor da retomada da construção de hidrelétricas e o próprio presidente eleito tem se manifestado a favor da exploração de atividades em terras indígenas.

"Boa parte dos recursos econômicos energéticos do Brasil está em áreas indígenas ou em terras que se tornarão áreas indígenas", diz o diretor de Estratégias, Comunicações e Responsabilidade Social Corporativa da francesa Engie, Gil Maranhão.

A empresa é uma das apoiadoras do projeto, ao lado da também francesa EDF e do Instituto Acende Brasil, entre outros.

Maranhão diz que o modelo atual não é propício às hidrelétricas, pois traz apenas perdas às populações locais. A ideia é torná-los sócios dos projetos.

O texto do projeto de lei, diz ele, está pronto à espera de interlocução com o novo governo. O grupo rascunhou também uma portaria interministerial, que pode ser usada como alternativa para levar o tema ao Congresso.

Maranhão diz, no entanto, que essa opção demanda a análise por empreendimento, enquanto o projeto de lei regulamenta todos os empreendimentos.

Segundo estudo da EPE (Empresa de Pesquisa Ener-

gética) o Brasil tem hoje 196 potenciais hidrelétricos de médio e grande portes mapeados, com potência total de 52 mil megawatts (MW).

Deste total, apenas 2% não interferem em áreas legalmente protegidas —sejam indígenas, sejam de conservação ambiental.

Para tentar retomar o desenvolvimento de projetos, a entidade busca alternativas de financiamento de estudos de viabilidade para hidrelétricas de médio porte —as de grande porte, consideradas estruturantes, têm estudos bancados pelo governo.

Normalmente, os estudos eram feitos por estatais ou construtoras que foram afetadas pela Operação Lava Jato e depois cobrados dos vencedores dos leilões para desenvolver as obras.

Com a crise das empresas, novos projetos começaram a se tornar escassos.

O presidente da EPE, Reive Barros, diz que os estudos custam, em média, R\$ 20 milhões.

Para avaliar cerca de 50

projetos nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, que têm menos entraves legais, seriam necessários aproximadamente R\$ 1 bilhão.

Barros diz que uma parcela de 3% da RGR (Reserva Global de Reversão), uma taxa cobrada na conta de luz, é destinada a esse tipo de estudo, mas os recursos vêm sendo contingenciados pelo governo.

"Vamos tentar destravar esse recurso", afirmou.

Leilões regionais de térmicas ficarão para 2019, diz governo

RIO DE JANEIRO Motivo de um racha no setor elétrico brasileiro, a decisão sobre leilões regionais de energia térmica ficará para o governo Bolsonaro.

Segundo o presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), Reive Barros, o cronograma não permite a realização da oferta ainda neste ano.

O leilão é hoje tema de consulta pública no MME (Ministério de Minas e Energia), cujo prazo foi prorrogado na semana passada para terminar no próximo dia 22.

Após a consulta, ainda há etapas técnicas a cumprir na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), disse Barros.

O presidente da EPE defende a realização do leilão, que é criticado por grandes consumidores de energia e técnicos do governo.

Na semana passada, o diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Eduardo Barata, por exemplo, afirmou que os estudos sobre o tema são "insuficientes".

Barros defende que, com o crescimento da produção de energia eólica e solar, a região nordeste precisará de 13,6 mil MW (megawatts) até 2027 para garantir a inércia da rede, já que as fontes renováveis são intermitentes.

No entanto, o custo anual de R\$ 2 bilhões com as térmicas, por 20 anos, será repassado para os clientes.



Boa parte dos recursos econômicos energéticos do Brasil está em áreas indígenas ou em terras que se tornarão áreas indígenas

Gil Maranhão

diretor de Estratégias, Comunicações e Responsabilidade Social Corporativa da francesa Engie